

“CADA PESSOA É UMA AMÁLGAMA DE GRANDES HISTÓRIAS EM POTENCIAL”: REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA E NARRATIVAS QUILOMBOLAS¹

Luzia Marielle Ferreira da Silva²

Resumo

O presente artigo faz uma análise da memória social da comunidade quilombola de Fortaleza enquanto elemento central para a compreensão do seu processo de formação histórica, social, político e cultural através da reconstrução do passado baseada nas narrativas de seus integrantes. Através da História Oral, metodologia aplicada a este trabalho, foi possível coletar entrevistas realizadas com os moradores de Fortaleza no período de vivência do Projeto Quilombando (2016). Além das narrativas, relatórios produzidos no Projeto de Iniciação Científica (2016) cujo tema também foi a Comunidade de Fortaleza e revisão de literatura sobre o tema quilombos integram o quadro de fontes e bibliografia desta pesquisa. A conclusão de que a memória social, nas suas diversas formas, tem o poder de reconstruir o passado ajudando na compreensão da identidade quilombola e da sua territorialidade, uma vez que as identidades dessas pessoas estão intrinsecamente ligadas ao chão onde a vida se reproduz foram alguns dos resultados encontrados neste estudo.

Palavras-chave: Memória. Quilombo. Identidade. Território.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar como a memória social da comunidade quilombola de Fortaleza ajuda na reconstrução do passado e na compreensão do seu processo de formação enquanto comunidade quilombola, frente a uma série de formações diferentes já identificadas pela historiografia recente sobre quilombo: domínios doados, entregues ou adquiridos com ou sem formalização jurídica por famílias de ex-escravos (ALMEIDA apud ARRUTI, 2008, p. 328).

¹ Este trabalho é fruto de minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da UFOB, cujo tema foi *Memória e Territorialidade: Comunidade Quilombola de Fortaleza, Bom Jesus da Lapa, Ba*, defendida em 2019.

² Graduada em Humanidades e estudante do Curso de Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB/Barreiras. E-mail: luziamarielles@gmail.com.

Trata-se de uma pesquisa realizada no território quilombola de Fortaleza que fica localizada às margens direita do Rio São Francisco e pertence ao município de Bom Jesus da Lapa, na Bahia. Ao entrar em contato com o tema e com a comunidade, muitos conceitos e compreensões foram sendo estabelecidas ao longo da pesquisa, entre eles a própria definição de quilombo e a busca pelo entendimento da sua identidade e territorialidade.

Dentre as possibilidades de aprofundamentos sobre o tema, a memória tornou-se mecanismo fundamental para a compreensão do estudo, onde, segundo Halbwachs, “um indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência sendo necessário explorar o significado dos grupos na construção dessas memórias” (HALBAWCHS apud SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 4). Assim, as noções sobre quilombo, identidade e território, eixos explorados no trabalho, só podem ser compreendidos através de sua relação com a memória, sendo indispensável, portanto, uma leitura sobre os quadros sociais da memória e suas contribuições para a reconstrução do passado.

O conceito contemporâneo de quilombo está associado a duas noções principais: a primeira, em torno de sua etnicidade; e a segunda, em torno da sua territorialidade. Ao compreendemos os grupos étnicos como uma unidade política na qual os integrantes se identificam uns com os outros diferenciando-se dos demais em função de seus valores, crenças e tradição, crendo em uma origem comum e a territorialidade como uma construção coletiva e, portanto, base de manutenção e entendimento da identidade do grupo, elenca-se a memória como produto e ao mesmo tempo meio de compreender essa relação: grupo étnico e territorialidade.

Compreendendo o território como socialmente construído e o espaço do vivido - base para a reprodução da cultura de um grupo - é através da relação memórias/narrativas que a discussão sobre território se baseia, não apenas porque está no presente sob disputa, mas principalmente pelo fato de constituir o suporte da memória, visto que os eventos fundamentais na história dessas comunidades estão inscritos no território (DUTRA, 2016, p. 100). Os moradores de Fortaleza ao narrar sobre suas histórias fazem isso sempre tendo como referência locais específicos. É sempre nas lagoas, na beira do rio, nos engenhos velhos, naquela fazenda, ou seja, as narrativas estão sempre atreladas ao território. As narrativas recorrem a memória para traçar com detalhes as formas materiais e simbólicas do território ao anotar a chegada de cada novo grupo ou personagem, os fatos que imprimiram identidade aos lugares e configuraram as relações sociais e políticas (DUTRA, 2016, p. 102). E é através

delas que o passado ganha vida e manifestação no presente, sendo possível compreender a trajetória da comunidade.

Através da História Oral, que tem como objetivo investigar versões do passado, representadas pela memória, este trabalho também buscou ouvir vozes que não foram ouvidas, de pessoas comuns. Vozes essas importantes e igualmente necessárias (PORTELLI, 1997, p. 18). Para Portelli, mesmo que as memórias sejam sempre moldadas de diversas formas pelo meio social, lembrar é um processo profundamente pessoal.

A importância deste trabalho se faz em função de se trabalhar com múltiplas verdades, ou seja, com as memórias e por meio delas, de acordo com Portelli (1997), reconhecer o pluralismo das múltiplas abordagens e versões sobre passado/presente. Além disso, o conhecimento sobre as comunidades quilombolas, em específico da comunidade de Fortaleza, reforça a discussão sobre a diversidade e o respeito a esses grupos, na medida em que, ao decorrer da abordagem, rompem-se com os estereótipos e os conceitos ultrapassados sobre quilombos.

A oralidade como pesquisa

Para a efetivação deste trabalho utilizou-se como metodologia a História Oral que tem como fonte as narrativas acessadas através das entrevistas orais. Segundo Alessandro Portelli (1997), a História Oral diz respeito a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visando o seu aprofundamento e seus impactos na vida dos indivíduos. A principal forma de se chegar as narrativas é através do trabalho de campo, instrumento, portanto, indispensável a História Oral que tem como objetivo investigar versões do passado, representadas pela memória, salientando a essencialidade do indivíduo, além, é claro, de se fazer ouvir vozes que não foram ouvidas, pessoas comuns: os trabalhadores, os pobres, os marginalizados, os homossexuais, os negros, as mulheres, os colonizados. Na História Oral todas essas vozes são importante e igualmente necessárias. O respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições da ética sobre a experiência com o trabalho de campo na História Oral. Conforme Portelli (1997, p. 17):

Não são exclusivamente os santos, os heróis, os tiranos, ou as vítimas, os transgressores, os artistas que produzem impactos. **Cada pessoa é uma amálgama**

de grande número de história em potencial. Todos os indivíduos têm importância igual. Como pesquisadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquece nossa experiência. Cada entrevista é importante por ser diferente de todas as outras.

Logo, a igualdade e a diferença são aspectos que a História Oral faz questão de assumir e compreendê-las, visto que sem isso não há como se estabelecer uma relação de respeito entre o entrevistado e o entrevistador. Na comunidade de Fortaleza, por exemplo, muitas vezes, os entrevistados não se sentiam à vontade para falar, quando por exemplo, sabiam que éramos estudante de uma universidade. Na maioria das vezes, em que íamos os visitar e ao iniciarmos as conversas muitos deles, já senhores e senhoras de idade, costumavam iniciar a conversa com o seguinte comentário: “e o que eu tenho para contar? Eu não sei de muita coisa não, não sou assim estudado que nem vocês”. O que significa que não estamos em pé de igualdade. Diante disso, Portelli diz que não devemos fingir uma igualdade que não existe, mas sim situar a conversa no contexto da luta e do trabalho, com o intuito de criar igualdade. Para ele, isso faz parte da relação entre entrevistador e entrevistado onde também o observador está sendo observado, fazendo com que a partir disso, o indivíduo se sinta ou não à vontade para falar. É preciso que ele se sinta bem, que não se sinta inferiorizado, usado.

Uma outra questão importante é a ideia pautada na cientificidade onde se elenca como critério a neutralidade e o afastamento do pesquisador, mas sabemos que isso esses critérios não são capazes de serem realizados. Por isso, foi fundamental no processo de coleta das entrevistas, a nossa abertura para falar sobre nós e de inclusive responder a perguntas que os entrevistados nos faziam, afinal não somos os únicos a fazerem perguntas. Embora esteja usando o termo “entrevistas”, elas foram bem mais do que isso, foram na verdade conversas das quais pude, assim como Portelli (1997), “aprender um pouquinho”.

Como parte do processo da metodologia também está a responsabilidade da interpretação da qual fazemos das narrativas coletadas, que são transcritas tais como foram narradas pelos entrevistados, das quais foram trabalhadas de forma a afastar distorções e interferências, valorizando a realidade que verdadeiramente nos permite acesso a uma grande quantidade de fatos passíveis de verificação (PORTELLI, 1997, p. 26).

O problema da história Oral não se limita a aliar nosso compromisso como historiador à objetividade daquilo que “realmente aconteceu”, nem a nossa

consciência pós-moderna de que, na realidade nunca chegaremos a realmente a descobri-lo. Até por que estamos cientes de que muito já aconteceu na mente das pessoas, em termos de sentimentos, emoções, crenças, interpretações e que, por esse motivo, os erros, invenções e mentiras, constituem, à sua maneira, áreas onde se encontra a verdade verificação (PORTELLI, 1997, p.13).

Por trabalharmos com múltiplas verdades, ou seja, com as memórias, a metodologia da História Oral é importante, pois é através dela que nos comprometemos com o reconhecimento do pluralismo, das múltiplas abordagens à verdade (sujeitas, na medida do possível, a conceitos rigorosos, de responsabilidade de quem os usa). Dessa forma a nossa objetividade consistiria em assumir a tarefa de responsabilidade na interpretação das narrativas, mesmo que elas não nos deem acesso completo e exclusivo à verdade (PORTELLI, 1997, p. 26).

O primeiro contato realizado com a Comunidade Quilombola de Fortaleza foi através do Projeto Quilombando³, onde pude estabelecer relação com a comunidade durante uma semana, mais especificamente do dia 08 ao dia 14 de outubro de 2016. Nesse período, não houve a intenção de realizar entrevistas, visto que o objetivo do projeto era o de vivenciar a comunidade. A partir daí, iniciei as minhas observações e os meus primeiros passos em direção aos estudos sobre a comunidade. Em maio de 2017, retornei à Fortaleza acompanhada do professor Tiago Santos⁴ que me orientou no processo de coleta das entrevistas.

A primeira ação consistiu na seleção das pessoas a serem entrevistadas optando, primeiramente, pelas mais velhas, por entender através da questão temporal, à proximidade de suas memórias com o passado que se buscou reconstruir. E o segundo fator que mobilizou nossas escolhas, foi o envolvimento das pessoas com a organização política na comunidade.

A etapa seguinte do trabalho de pesquisa consistiu na construção de roteiros de entrevistas. O roteiro baseou-se nas identidades dos sujeitos, marcadas pela figura do vaqueiro, pescador e construtor de canoas, “contador de histórias” e também presidente e ex-presidente da associação da comunidade. Além disso, a construção do roteiro fundamentou-se nos estudos e observações realizadas no período em que participei da vivência na comunidade, em outubro de 2016. Também serviu como guia para o roteiro a realização de

³ Projeto realizado pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) em parceria com a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus de Bom Jesus da Lapa e Barreiras e com a Central Regional Quilombola do Território Velho Chico – CRQ, que tem por objetivo fazer uma aproximação entre os estudantes e as comunidades quilombolas na região do Rio São Francisco, Oeste da Bahia.

⁴ Atualmente professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

perguntas que pudessem nos levar a compreensão do processo de formação da comunidade quilombola de Fortaleza, tais como questões específicas ligadas a territorialidade, como, por exemplo, as práticas de trabalho (pesca artesanal, plantio de vazantes e a criação de animais).

Foram entrevistadas, sob consentimento das partes, três pessoas: Sr. Izercino Paulo de Souza, 82 anos; Sr. Miguel Rufino de Oliveira, 79 anos e Sr. Arnaldo Damião de Abreu, 72 anos. As entrevistas foram realizadas todas na casa dos respectivos entrevistados, a maior parte deles residentes em Fortaleza. As entrevistas foram gravadas sob a autorização dos narradores que também autorizaram o uso de seus nomes.

As narrativas foram transcritas idênticas a como foram ditas, obedecendo os critérios da ética da História Oral que visa a não manipulação dessas memórias por parte do entrevistador. Após esses processos, as narrativas orais, transformadas em fontes, passaram pelo crivo da seleção e análise crítica para, então, serem inseridas no corpo textual.

Comunidade quilombola de Fortaleza

Figura 1: Quilombolas de Fortaleza, Bom Jesus da Lapa, Ba



Fonte: Luzia Marielle Silva (2016)

O território quilombola de Fortaleza, constituído pelos moradores acima retratados, é formado pelas comunidades Sítio Boa Sorte, Boa Vista, Sapé, Ponta do Mato, Quixabeira e

Poção do Santo Antônio, as quais sobrevivem da pesca artesanal, do plantio de vazantes, como as culturas do milho, feijão, abóbora, mandioca e hortaliças e com a criação de animais de pequenos portes, além pesca, já que a comunidade é ribeirinha do São Francisco.

O quilombo possui duas escolas ativas: Escola Municipal Joaquim Paulo de Souza e João Ribeiro Lopes. A primeira, voltada para a educação infantil e a segunda, para o ensino fundamental. Os adultos e os jovens que precisam concluir o Ensino Médio se deslocam até Lagoa Danta e de lá vão para a cidade mais próxima, neste caso Paratinga. Os estudantes saem às 11h e só retornam ao quilombo às 19h30.

Nas escolas do quilombo, com base na educação quilombola, os profissionais se propõem trabalhar com materiais que reflitam a realidade do quilombo e a história e cultura afro-brasileira. A pouca disponibilidade de materiais específicos e a falta de capacitação desses profissionais são alguns dos desafios enfrentados. Aulas de capoeira têm sido realizadas no Colégio Municipal João Ribeiro para reflexão e resgate da cultura ancestral.

A comunidade não possui nenhuma unidade médica disponível e quando necessitam de atendimento os moradores se deslocam até as cidades mais próximas para realizarem consultas e exames médicos. Apesar das poucas alternativas, utilizam a medicina natural e os saberes tradicionais para tratar doenças e possíveis problemas de saúde. No quesito infraestrutura, mesmo após construções recentes de algumas estradas, alguns trajetos no período de chuva ficam inacessíveis prejudicando o desenvolver das ações cotidianas. A comunidade possui energia elétrica, mas em contrapartida não possuem rede de distribuição de água nem de saneamento básico. A água é captada para o consumo da comunidade através de poços cartesianos construídos pelos próprios moradores e de cisternas das quais captam água das chuvas, como pode ser visto na imagem abaixo.

O futebol é uma das atividades prediletas dos moradores, sendo rotineiro jogar bola nos finais de semana e comum a realização de campeonatos locais. A capoeira citada anteriormente, embora, introduzida recentemente e vista como uma forma de recuperação da cultura, também se tornou um lazer não somente para os as crianças, mas para toda a comunidade, que é convidada a participar independentemente da idade. Na imagem abaixo, as crianças treinam capoeira na quadra da escola João Ribeiro Lopes, alguns pais também são convidados e muitos participam.

A reza e os festejos religiosos além de seu significado religioso e cultural também se tornaram um espaço de lazer. As rezas acontecem quase sempre nas casas dos moradores e todos são convidados a participar, com direito a café e biscoito. Ir à igreja aos finais de semana também é comum, já que na comunidade além de religiões de matrizes áfricas e o catolicismo, a entrada de igrejas evangélicas se tornou uma realidade ao longo do tempo.

Figura 2: Reza para Nossa Senhora de Aparecida



Fonte: Luzia Marielle Silva (2016)

Figura 3: Reza para Nossa Senhora de Aparecida



Fonte: Luzia Marielle Silva (2016)

Os registros acima são de uma reza em celebração a Nossa Senhora de Aparecida que ocorre todos os anos no dia 12 de outubro, data onde se comemora o dia da santa em todo o Brasil e em Boa Vista, no território de Fortaleza. Na festa, os comes e bebes só são servidos após a reza que é iniciada com muitos fogos, pedidos e agradecimentos.

A oralidade em Fortaleza ganha força através dos laços de parentesco da comunidade, refletindo-se nas conversas e visitas diárias de uns com os outros. Cada um faz questão de ser visitado, inclusive cobram as visitas demonstrando laços de parentesco vivos e ativos. É dessa forma que as histórias, os causos e as lembranças da comunidade se perpetuam no decorrer das gerações, são exatamente essas narrativas que embasam toda a pesquisa aqui desenvolvida.

Reflexões sobre memória no quilombo de Fortaleza

Para Ecléa Bosi (2003), a memória é um instrumento precioso se desejamos construir a crônica do cotidiano. Para ela, a memória dos velhos pode ser trabalhada como um mediador da cultura entre a nossa geração e as testemunhas do passado. Segundo ela, quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstituir comportamentos e sensibilidades de uma época, o que se dá se o pesquisador for atento às tensões implícitas, aos subtendidos, ao que só foi sugerido e encoberto pelo medo (BOSI, 2003, p. 17).

De acordo com Bosi (2003), o presente, entregue às suas incertezas e voltado apenas para o futuro imediato, seria uma prisão. Assim, o mérito das narrativas é a revelação assustadora das diferentes experiências vividas pelas pessoas que compartilharam a mesma época, onde se pode colher enorme quantidade de informações factuais, sendo o mais importante fazer emergir delas uma visão do mundo.

Para Delgado (2003), a contribuição maior da memória é buscar evitar que o ser humano perca referências fundamentais à construção das identidades coletivas. Essas mesmo sendo identidades “em curso” são esteios fundamentais do autorreconhecimento do homem como sujeito de sua história (SANTOS apud DELGADO, 2003, p. 14). Segundo ela:

Tempo e espaço têm na memória sua salvação, sendo ambos esteios das identidades. São suportes de ser no mundo. São referenciais que tornam os homens sujeitos de seu tempo. Se o espaço se transforma e as referências espaciais se perdem na dinâmica incessante do tempo, os homens perdem seus elos, sua base identitária e a substância da sua história (DELGADO, 2003, p. 6).

Para Marilena Chauí, “a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi salvando-o da perda total” (CHAUÍ apud BOSI, 1994, p. 125). A memória faz com que a experiência existencial, através da narrativa, integre-se ao cotidiano fornecendo-lhe significado e evitando, dessa forma, que a humanidade perca raízes, lastros e identidade (TODOROVY, 1999, p. 26-7 apud BOSI, 1994). Portanto, a memória atualiza e presentifica o passado mesmo que inconsciente ou encoberta da experiência vivida e dos sentimentos preservados (DELGADO, 2003, p. 9).

Tomar a memória enquanto evocação do passado e mecanismo de proteção do tempo vivido é dar a ela papel fundamental na presentificação do passado e, portanto, colocá-la como elo entre aquilo que está sendo vivido hoje e o que foi vivido ontem. Mais do que isso, é também perceber que dessa forma as práticas culturais, políticas e cotidianas da comunidade de Fortaleza se mantêm vivas diante do processo de rememoração, prática que depende também da territorialidade, ou seja, imprimindo ao território o lugar de suporte da memória. Essa presentificação do passado além de permitir a manutenção da cultura demonstra também como é possível através das vivências legitimar a luta pelo território dos quilombolas de Fortaleza. Quando Delgado (2003) afirma que “a memória atualiza e presentifica o passado mesmo que inconsciente ou encoberta da experiência vivida e dos sentimentos preservados”, os moradores de Fortaleza respondem: “Eu pesco assim porque o meu pai pescava” ou “Já pesquei em muitas lagoas, lagoas que nem existem mais” e ainda “Eu aprendi a construir canoas vendo meu pai construir”.

Para compreender a memória, Ecléa Bosi toma como explicação o cone da memória de Bergson. Para a compreensão deste cone, duas premissas iniciais devem ser levadas em conta, a primeira é “não há percepção que não esteja impregnada de lembranças” (BERGSON, 1959, p. 183 apud BOSI, 2003). E a segunda é que em função disso, a percepção é tomada como um mero resultado da interação de ambiente com o sistema nervoso. Isso significa que as percepções que temos em relação ao mundo estão sempre impregnadas de lembranças, ou como o próprio Bergson coloca: as lembranças estão na cola das percepções atuais, “como uma sombra junto ao corpo”. Um exemplo disso seria quando temos a

percepção de algo que nos faz lembrar de alguma coisa ou quando sentimos cheiros e sons que também nos ligam as nossas lembranças, o que explica mais um vez a reiteração das práticas culturais da comunidade de Fortaleza, que são perpetuadas através dessa impregnação contínua entre lembranças e percepções - que estar em contato com o agora, com o presente.

A memória seria, portanto, para Bergson o “lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas”. No caso de Fortaleza, o conhecimento das coisas é expresso por meio dos saberes tradicionais que se atualiza a partir dos processos de transmissões pelo trabalho e pela oralidade. O que leva a incorrer no pressuposto de uma conservação subliminar de toda a vida psicológica já transcorrida, atribuindo a memória uma função decisiva na existência, já que ela permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no curso atual das representações (BOSI, 2003, p. 37).

O método introspectivo de Bergson sugere uma conservação dos estados psíquicos já vividos. Neste estado de conservação das experiências, a memória faz com que os pensamentos e as ações não sejam indeterminados, ou seja, involuntários, mas pautados por uma consciência, o que explica, por exemplo, o processo de reprodução dos comportamentos que já deram certo. Através do cone, Bergson diferencia o espaço profundo e cumulativo da memória – as nossas experiências – do espaço raso e pontual da percepção imediata (BOSI, 2003, p. 37).

O pensamento de Bergson não vai ser no todo refutado por Maurice Halbwachs e a sua contribuição para a compreensão de memória se dá no fato de realmente entender que sim, “as lembranças impregnam as percepções” e ela também permite a relação do corpo presente com o passado e ao mesmo tempo interfere no curso atual das representações. Além disso, ele está certo em dizer que a memória faz com que os pensamentos e as ações não sejam indeterminados. Porém, isso não se deve a uma conservação total e perfeita das nossas experiências, mas sim a interação infinita entre as lembranças e as percepções, que torna tanto a memória (lado subjetivo), quanto às percepções (lado objetivo), construtores do conhecimento das coisas.

Um exemplo dessa interação entre as nossas memórias e as percepções são experiências negativas vividas por nós, tornando as nossas ações totalmente determinadas e cautelosas. Isso ilustra, por exemplo, a resistência de muitos quilombolas em se considerarem descendentes de escravizados diante do que historicamente foi construído sobre a noção de “escravo”. Ser escravo nunca teve conotação positiva, ao contrário, se trata de um processo de

desumanização de vidas humanas, de inferiorização intelectual e de construção ideológica dos escravizados como pessoas incapazes de produzir conhecimento, cultura e história. Não se assumir enquanto corpos que trazem consigo essa carga historicamente e socialmente construída, são comportamentos assumidos como mais suscetíveis ao sucesso do que ao fracasso, por isso, escolhidas com base nas lembranças. Porém, muitas vezes, as nossas lembranças são ressignificadas pelo presente, ou seja, pelas percepções, o que é evidenciado quando alteramos o significado de determinadas experiências em nossas vidas.

Diante disso, não apenas as lembranças podem interferir no nosso cotidiano, como as novas experiências também atuam em nossas memórias, transformando-as. Não muito raro na comunidade de Fortaleza, moradores que afirmam ter orgulho de serem descendentes de escravizados, tendo as suas memórias ressignificadas e entrado em contato com a positividade do que é ser negro. É justamente a partir da interação entre memórias e percepções que critérios como o a autodeclaração e o pertencimento quilombola são forjados.

Halbwachs prolonga os estudos de Émile Durkheim sobre a precedência do fato social sobre os fenômenos de ordem psicológica. O método introspectivo de Bergson conduz uma reflexão sobre a memória em si mesma, como subjetividade livre e conservação espiritual do passado, sem que lhe parecesse pertinente fazer intervir quadros condicionantes de teor social ou cultural (BOSI, 1994, p. 54). O que Bergson faz é reduzir as percepções a algo indiferenciado e opaco, sendo elas apenas um mero resultado da interação de ambiente com o sistema nervoso (BOSI, 2003, p. 36). Quando ele diz que existe na memória a conservação das nossas experiências vividas e que a partir delas, contaminam-se as percepções, ele está excluindo o papel que as relações externas possuem na própria construção da memória. Dessa forma, ele não se atenta que as percepções são muito mais que interações, sendo elas capazes de contaminar as nossas lembranças. Ou seja, as lembranças contaminam as percepções assim como também é contaminada por elas.

É exatamente neste ponto que está a importância da memória como objeto de estudo visto que ela é resultado de uma construção social e coletiva, a partir dela podemos não apenas compreender os modos de vida e os costumes de determinados grupos sociais como reconstruir sua história. Através das narrativas/memórias da comunidade de Fortaleza é possível compreender seu processo histórico de formação e de luta pelo território, como podemos entrever na narrativa de Seu Arnaldo, sobre a formação da comunidade:

A primeira de tudo foi Curralin. A história daquela Santa Rita ali dessa área ai oi, é assim. É por que a extrema dela é de lá da Carnaíba ocê entendeu? A Fazenda da Carnaíba lá quando morava aquela Catita, ocês lembram dela? Naquele mata burro lá inté ai onde era Domingão alí, que essa fazenda ai chama Santa Maria, não é Santa Maria que ela chama? Acho que é, mas o nome dela não era isso não, quando eles cercaram lá, agora essa área que era da Santa Maria, era de Curralin. Alí chamava Curralin, não tinha esse nome de Santa Rita não. (Sr. Arnaldo Damião de Abreu, entrevista realizada em 2016).

No trecho narrado por seu Arnaldo podemos compreender o passado e conseqüentemente o processo de formação da comunidade quilombola de Fortaleza que esteve intimamente ligado as fazendas de gado, em especial, a fazenda Curralinho. Como demonstra a fala acima, antes de todos os nomes dados as fazendas recentes, o primeiro nome foi “Curralinho”. Indo mais longe, no que se refere a memória, é uma provocação advinda do presente que faz com que seu Arnaldo rememore. Ou seja, as lembranças além de serem contaminadas pelo presente também é evocada por ele, sendo os quadros condicionantes de teor social ou cultural elementos fundamentais para a reconstrução dessas memórias.

Embora Bergson tenha chegado à conclusão de que “é através do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde” (BOSI, 2003, p. 20), com base na sua diferenciação entre memória e percepção, no princípio de conservação dos estados psíquicos já vividos e na não importância dada as percepções, essa afirmação só ganha sentido através dos quadros sociais da memória, de Halbwachs.

Em qualquer lugar ôce colocava uma roça, onde ôce quisesse. Por que não era roça, botava um cercado. As fazenda aqui era solta eu trabaiei vinte e tantos ano de vaqueiro e ôce não achava uma meia de cerca. Ôce curria daqui na Lapa a Paratinga ôce achava cerca nenhuma, era tudo aberto (Sr. Izercino Paulo de Souza, entrevista realizada em 2016).

Tendo Bom Jesus da Lapa e Paratinga como referência de espaço, Seu Izercino recorda o tempo em que não existiam cercas. É através do presente, diante das cercas postas, que ele rememora o passado se lembrando de que não havia nenhuma antes. É aqui que o passado é chamado/evocado pelo presente. Ainda nesse trecho, percebemos a importância dos espaços e das referências como forma de acesso à essas memórias.

Contudo, Halbwachs não vai estudar a memória em si, mas os “quadros sociais da memória”. Nessa linha de pesquisa, as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas

ao mundo da pessoa, mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão. Enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esses indivíduos (BOSI, 1994, p. 54).

Para Bosi (1994), não há no texto de Bergson uma tematização dos sujeitos-que-lembram, nem das relações entre os sujeitos e as coisas lembradas; como estão ausentes os nexos interpessoais, falta a rigor, um tratamento da memória como fenômeno social. É percebendo isso que Halbwachs relativa o princípio de Bergson na qual a memória conserva o passado na sua inteireza e autonomia. Se lembramos, é porque os outros, a situação presente nos faz lembrar: “o maior número de nossas lembranças nos vem quando nossos pais, nossos amigos, ou outros homens, no-las provocam” (BOSI, 1994, p. 55). Para Maurice Halbwachs, a memória tem um caráter livre e espontâneo, sendo assim: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1994, p. 55).

Essa ideia da memória enquanto trabalho está ligada ao processo que é lembrar, ou seja, do caminho construído para ter acesso à essas lembranças.

Mais pra baixo chamava o finado Zé Calunguin, (Domingo Calumbi), tinha o finado meu pai que era o véi Luís, nessa fazenda ai que chamava Pombo Voou, o primeiro nome chamava era Pombin, também tinha Marcelino Preto, que ele não gostava que chamasse, tinha o finado (Maciano) véi, tinha muita gente que eu nem sei mais, é gente (Sr. Miguel Rufino Paulo de Souza, entrevista realizada em 2016).

Como pontua Bosi “se lembramos é porque os outros nos fazem lembrar”. É assim que seu Miguel relembra de sua história e reconstrói seu tempo através do processo de rememorar: primeiro ele faz o esforço de se lembrar dos nomes de cada uma das referências citadas, sejam de pessoas: “Zé Calunguin, Véi Luis, Marcelino Preto” ou de lugares: “Pombo Voou”, e segundo o trabalho continua, onde uma lembrança vai puxando outra. São tantas que ele ressalta a dificuldade desse trabalho: “tinha muita gente que eu nem sei mais, é gente”. Diante disso percebe-se que as memórias não estão postas e acessíveis a qualquer tempo, elas precisam ser evocadas e, portanto, necessitam das referências para serem organizadas e repensadas.

Se a memória é trabalho deve-se duvidar da sobrevivência do passado ‘tal como foi’ e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é a imagem construída pelos materiais que estão, agora, a nossa disposição, no conjunto de representações que povoam a nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça uma lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor (BOSI, 1994, p. 55).

A diferença entre a memória-sonho e a memória-trabalho se dá na medida em que a primeira está relacionada a uma conservação do passado fixa, dada através das percepções pelo sistema de interação entre o ambiente e o sistema nervoso. Já a segunda, está relacionada a contaminação das lembranças pelas percepções, que faz com que as nossas memórias sejam reconstruídas e reassignificadas infinitamente e, portanto, nunca conservadas tais como foram a primeira vez. “A memória, além de incomensurável, é mutante e plena de significados de vida, que algumas vezes se confirmam e usualmente se renovam” (DELGADO, 2003, p. 17). Um exemplo dessa memória trabalho seria quando por exemplo, a partir de uma situação/experiência presente, reassignificamos as nossas memórias. Ou quando, a partir de algum fato externo a nós evocamos lembranças das quais nem lembrávamos mais: “é através do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde”.

Dessa forma, a menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória. Por isso Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade (BOSI, 1994, p. 55). Toda a nossa memória individual está amarrada a nossa memória coletiva que depende dos quadros sociais para que as nossas lembranças sejam organizadas e tenham sentido. Por isso a importância dada aos mais velhos nas comunidades quilombolas e em Fortaleza, porque eles são os guardiões da história da comunidade. São quem detém as referências necessárias para que não se percam referências fundamentais no tempo.

Poderíamos tomar como exemplo a seguinte situação: quando tentamos lembrar de algo, fazemos isso tentando lembrar qual foi o tempo (quando foi) e o espaço (onde foi). Também levamos em consideração as pessoas (com quem estávamos). Neste sentido, as memórias fazem sentido por estarem ligadas a uma série de quadros condicionantes que fazem parte da nossa memória coletiva. Um exemplo que podemos analisar é quando uma pessoa perde a memória. Por mais paradoxal que possa parecer, essa pessoa não perde a sua

memória, mas sim as referências sociais das quais a mesma precisa para fazer sentido. Na maioria das vezes, quando alguém “perde a memória”, o que continua em seu consciente, são imagens. Imagens de alguém que não se sabe quem é, de lugares que não conseguem ser localizados ou de situações que despertam sentimentos que não podem ser explicados sem os quadros sociais da memória.

Segundo Cordeiro (2013), os quadros sociais da memória podem ser definidos como instrumento comum a todos os indivíduos de um determinado grupo ou sociedade, permitindo ao indivíduo reconstruir suas recordações, mesmo depois delas terem se esvanecido. Portanto, eles são responsáveis por organizar e dar sentido as nossas memórias construídas coletivamente.

O grupo de referência é um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e com-fundiu seu passado. O grupo está presente para o indivíduo não necessariamente, ou mesmo fundamentalmente, pela sua presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensamento e as experiências comuns próprias do grupo. A vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem as lembranças. Portanto, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida em um contexto social preciso (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 4).

De acordo com Durkheim, “a vida cotidiana e suas formas de classificação seriam moldadas e garantidas pela consciência coletiva que em outros momentos, pode ser entendida como moral coletiva. É neste sentido que a repetição da vida cotidiana baseada na consciência moral coletiva aponta para a ideia de tradição” (DURKHEIM apud CORDEIRO, 2013, p. 103). Para Cordeiro (2013), moral e tradição poderiam ser compreendidas como elementos eminentemente constitutivos da memória. O meio social, a influência do grupo, interferiria ou mesmo conservaria as memórias:

Assim, no limite, ritos e mitos, seriam os elementos que constituiriam e manteriam a memória. Mais precisamente, a relação de ritos e mitos como o grupo é o da tentativa de criação e manutenção da coesão e do grupo, havendo uma estreita ligação entre a coesão de um grupo e o grau de vivacidade da memória (CORDEIRO, 2013, p. 104).

Este pensamento dialoga perfeitamente com o que colocam Schmidt e Mahfoud (1993, p. 5):

A permanência do apego afetivo a uma comunidade dá consistência as lembranças. Em contrapartida, o desapego está ligado ao esquecimento. “Esquecer um período da sua vida”- diz Halbwachs (1990) – “é perder contato com aqueles que nos rodearam” (P.32) [...] No desapego, não há reconhecimento, não há lembrança. (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 5).

Durkheim, ao dizer que as memórias de um grupo estariam organizadas a partir de elementos que geram coesão (tradição e moral) e solidariedade (acordo através do qual algumas pessoas se sentem obrigadas umas em relação as outras), afirma que quanto maior for o elo entre o grupo de referência, mais forte e mais consistente será a memória coletiva desse grupo.

De acordo com Michael Pollak (1989), Halbwachs, ao analisar a memória coletiva, enfatiza a força dos quadros de referência que estruturam nossas memórias e também as insere na memória da coletividade. O que significa dizer que nossas memórias são construídas pelas memórias coletivas ao passo que também contribui para a formação dela. Para Pollak, existe uma disputa entre as memórias formais (oficiais e/ou dominantes) e as memórias subterrâneas (não oficiais).

Embora tenhamos a sensação de que a memória coletiva se sobreponha sobre a individual, Halbwachs destaca a ideia de que nós temos a capacidade de selecionar nossas memórias. Isso ocorre a partir do que ele chama de “seletividade da memória”, como em um processo de “negociação” onde memória coletiva se concilia com as memórias individuais. Para que a nossa memória tome para si os testemunhos de outros, é necessário que a nossa memória concorde com o conteúdo do testemunho. Logicamente, para que isso aconteça, será necessário que as memórias em sua totalidade permitam (POLLAK, 1989, p. 1-2).

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p. 2). Essas memórias marcadas pela irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e que jamais puderam se exprimir no tempo, ou seja, silenciadas, costumam aparecer em algum momento da história opondo-se à memória oficial, tendo a

oportunidade de se fazer presente na memória coletiva nacional. Quando isso ocorre, observa-se a sobrevivência durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para aparecer (POLLAK, 1989, p. 3). A respeito disso, Pollak (idem) afirma que “o longo silenciamento do passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”.

Os silenciamentos podem ocorrer por diversos motivos e estão envoltos por histórias marcadas por traumas, vergonha, culpabilização de si mesmo e a preferência por não culpabilizar os outros como forma de proteção, fuga de culpas e responsabilidades e também do desejo de não transmitir a seus descendentes feridas e infelicidades. Essa tipologia de discursos, de silêncios e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos (POLLAK, 1989, p. 6). Na maioria das vezes, de acordo com Pollak, o silêncio costuma ser rompido quando os donos dessas memórias sabem que irão desaparecer em breve e a partir disso inscrevem suas lembranças contra o esquecimento.

Pollak (1989) também enfatiza em relação à memória coletiva a função do “não-dito”. Para ele:

Os exemplos de silenciamentos têm em comum o fato de testemunharem a vivacidade das lembranças individuais e de grupos durante dezenas de anos, e até mesmo séculos. Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas (caso dos crimes estalinistas), indizíveis (caso dos deportados) ou vergonhosas (caso dos recrutados à força) são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante (POLLAK, 1989, p. 6).

Dessa forma, a busca pelas narrativas subterrâneas é importante na medida em que elas têm o poder de através do presente, atualizar e ressignificar o passado, buscando nele lembranças capazes de alterar os sentidos atribuídos a história e as identidades dos sujeitos.

Considerações finais

O processo de formação histórica, social, política e cultural da comunidade quilombola de Fortaleza encontra na memória a sua explicação. As noções sobre memória e

quilombo, eixos explorados neste trabalho, são compreendidas através da análise das narrativas e, portanto, de uma leitura sobre os quadros sociais da memória e suas contribuições para a reconstrução do passado e entendimento do presente em Fortaleza.

A memória por ser construída coletivamente guarda em si referências necessárias não apenas para a manutenção da cultura e existência da comunidade, mas também serve segundo Bosi (2003) como um instrumento precioso de construção do cotidiano. De acordo com ela, quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstituir comportamentos e sensibilidades de uma época (BOSI, 2003, p. 17).

Uma vez que um indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência (HALBAWCHS apud SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 4), os estudos de Henri Bergson, Émile Durkheim, Maurice Halbwachs, Ecléa Bosi, Michael Pollak, apontam para a compreensão de memória à luz das questões sociais, onde tempo, memória e espaço caminham juntos.

Referências

ARRUTI, José Mauricio. Quilombos. In: **Raça: novas perspectivas antropológicas**/ Lívio Sansone, Osmundo Araújo Pinho, organizadores. - 2 ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

BOSI, Ecléa. Memória-sonho, Memória- trabalho. In: **Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

CORDEIRO, Veridiana Domingos. **Influências de Émile Durkheim e Henri Bergson nas tensões teóricas da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs**. Primeiros Estudos, São Paulo, n. 4, p. 101-111, 2013.

DELGADO. Lucília de Almeida Neves. **História Oral e Narrativa: Tempo, memória e identidades**. História Oral, 6, 2003.

DUTRA, Nivaldo Osvaldo. Identidades, territórios: **A luta pela garantia da vida na comunidade Negra de Mangal/Barro Vermelho**. In: Diversidade étnico-racial, educação e quilombo no território Velho Chico/ Napoliana Santana, Goiânia: Kelps, 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral**. Projeto História, São Paulo, 1997.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. **Halbwachs: Memória coletiva e experiência**. Psicologia USP, São Paulo, 4 (1/2), p. 285-298, 1993.